PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026

O MUNICIPIO DE RELVADO, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Rua das Hortênsias, n° 57, centro, na cidade de Relvado/RS, inscrito no CNPJ nº 92.402.510/0001-03, torna público que será realizada licitação, na modalidade Concorrência Eletrônica,por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação (internet), através do endereço Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br para:

MODALIDADE/NÚMERO:	**CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026**
OBJETO:	Contratação de empresa para execução de obra de PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO na Avenida Independência, trecho entre a ponte e a interseção da rua das Palmeiras, centro, no município de Relvado/RS
NÚMERO DO PROCESSO:	**175/2026**
SECRETARIA SOLICITANTE:	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	**Das 8h do dia 26/11/2026 ate ás 8h do dia 10/12/2026.**
DATA DA SESSÃO:	**10/12/2026**
HORÁRIO DA SESSÃO:	**9h.** (horário de Brasília (DF).
LOCAL:	Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	**MENOR PREÇO GLOBAL.**
MODO DE DISPUTA:	**ABERTO.**

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
O edital está disponível para "download" no www.bll.org.br "Acesso Identificado"
O presente processo é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 de 01/04/2021 e pelo Decreto Municipal nº 28/2023, pelas condições fixadas neste edital e seus anexos, às quais os interessados devem-se submeter sem quaisquer restrições.
Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto, observadas as condições constantes do edital e anexos, e que estejam devidamente cadastradas no Portal : Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br .
O edital e os anexos estão disponíveis no Portal de Compras deste Município, através do endereço https://www.relvadors.gov.br no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP www.gov.br/pncp/pt-br. Mais informações pelo telefone 51-99307 0217 ou pelo e-mail administracao2@relvadors.com.br.

RELVADO/RS, 24 de novembro de 2026.

01. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a contratação de empresa especializada para execução de obra de PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO na Avenida Independência, trecho entre a ponte e a interseção da rua das Palmeiras, centro, no município de Relvado/RS, com área de 2.519,90 m2, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, estando incluso, material e mão de obra, de acordo com as especificações do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e minuta de Contrato anexos, que são parte integrante do presente Edital com **VALOR REFERENCIA GLOBAL de R$ 860.828,17 (oitocentos e sessenta mil, oitocentos e vinte e oito reais e dezessete centavos),** com recursos de Transferência Especial da União , Contrato FINISA nº 0640859-35 e próprios do Município, com prazo de execução, em até 04(quatro) meses a contar da assinatura do contrato.

1.2. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, Memorial Descritivo, Projeto e Planilha Orçamentária ANEXOS.

1.3. É de responsabilidade da licitante vencedora apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT referente à execução da obra e Matricula da obra bem como, colocar placa de identificação, conforme modelo fornecido pelo Município, sendo que estas deverão ser removidas do local, quando da conclusão da obra.

1.4. Serão desclassificadas propostas finais superiores ao orçamento estimado, conforme artigo 59, III, da Lei 14.133/2021.

1.5.O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.6. Demais informações pertinentes ao objeto da licitação encontram-se detalhadas nos anexos do edital.

1.7. Fazem parte deste edital:

Anexo I	**TERMO DE REFERÊNCIA**
Anexo II a XII	**MODELO DE DECLARAÇÕES**
Anexo XIV	**MODELO DE PROPOSTA**
Anexo XV	**MINUTA DO CONTRATO**

1.8. Para participar do processo licitatório, o licitante deverá inserir no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br os documentos dispostos no Edital.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. Os interessados em participar desta licitação deverão dispor de cadastro junto ao Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

2.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou representante legal e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a estalicitação.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e mantê-los atualizados, devendo proceder imediatamente à correção ou à alteração dos dadostão logo identifique incorreção ou esses dados se tornem desatualizados.

2.3. O licitante é responsável exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumecomo firmes e verdadeiras as propostas e os lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seurepresentante legal, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de RELVADO por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

2.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo Agente de Contratação, ou em caso de sua desconexão.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto, observadas as condições constantes do edital e anexos, e que estejam devidamente credenciadas no Portal :Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br .

3.2. Será vedada a participação de licitantes que:

a)não atendam as condições do edital e seus anexos;

b)não atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

c)estejam proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma dalegislação vigente;
d)se enquadram nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
e)estejam sob processo de falência. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente,na forma do artigo 58 da Lei n° 11.101/2005;
f)sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
g)sejam instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do artigo 12 da Instrução Normativa/SEGESnº 05/2017);
h)estejam constituídos sob a forma de consórcio.

h1) **JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIO**

A admissão ou vedação à participação de empresas em consórcio em certames licitatórios tem amparo no Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que confere discricionariedade ao ente administrativo para disciplinar a matéria no instrumento convocatório, desde que haja motivação adequada.
No presente certame, a vedação à formação de consórcios decorre dos seguintes fundamentos:

1. Baixa complexidade técnica do objeto

O objeto licitado trata-se de obra de baixa complexidade técnica, passível de execução por empresa singular, sem exigência de capacidade técnica ou econômico-financeira que justifique a associação entre empresas. A permissão de consórcios, nesse cenário, seria desnecessária e poderia, paradoxalmente, reduzir o número de propostas, ao reunir em um único grupo empresas que possuem plena capacidade de participar individualmente.

2. Proporcionalidade com os critérios de habilitação

Os índices de habilitação técnica e econômico-financeira estabelecidos no presente edital são compatíveis com o porte de uma empresa singular de médio porte, o que demonstra que o consórcio não é necessário para viabilizar a participação de interessados qualificados. Exigir menos do que a empresa é capaz de oferecer isoladamente tornaria a associação um artifício sem justificativa técnica, em descompasso com o princípio da proporcionalidade.

3. Mercado com oferta suficiente de empresas qualificadas

Há ampla disponibilidade no mercado de empresas individualmente capazes de executar o objeto licitado, fato que afasta qualquer argumento de restrição à competitividade decorrente da vedação ao consórcio. O Tribunal de Contas da União, em reiteradas decisões, entre elas o Acórdão nº 1.636/2007-Plenário, reconhece que a vedação é legítima quando o mercado comporta a participação de licitantes singulares em número suficiente para assegurar a competição. Essa condição está presente no certame em questão.

4. Risco de cartelização

Em mercados com número reduzido de grandes empresas do ramo, a formação de consórcios pode funcionar como veículo de cartelização, ao reunir competidores naturais em torno de um único grupo, suprimindo a disputa entre si e reduzindo artificialmente o número de propostas. Esse risco é reconhecido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica e pelo Tribunal de Contas da União como fundamento legítimo para a vedação, preservando a livre concorrência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5. Dificuldade na gestão contratual e na responsabilidade técnica

A pluralidade de consorciadas dificulta a fiscalização da execução, a imputação de responsabilidades e a aplicação de penalidades, além de expor a Administração a riscos trabalhistas e previdenciários decorrentes da solidariedade passiva entre as empresas do grupo. No âmbito da engenharia, a execução por consórcio frequentemente gera conflitos sobre a parcela a ser executada por cada consorciada, gerando lacunas na responsabilização técnica perante os Conselhos de Fiscalização Profissional competentes, com potencial de comprometer a qualidade e o prazo da obra.
Diante do exposto, a vedação à participação de consórcios no presente certame está amparada em motivação técnica e jurídica suficiente, mostrando-se proporcional e adequada ao interesse público, sem configurar restrição indevida à competitividade, à economicidade ou à moralidade administrativa.

3.3. O licitante deverá assinalar “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do Portal de Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br , relativo àseguinte declaração on-line: que não ultrapassa o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida lei complementar.

3.3.1. Na licitação em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, assinalar “NÃO” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa depequeno porte.

3.3.2. Na licitação exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ao assinalar "NÃO", o licitante ficará impedido de prosseguir no certame, em relação à licitação.
3.4. Declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sançõesprevistas em lei e neste edital.
3.5. A participação na presente licitação implica aceitação plena das condições expressas neste editale seus anexos.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DA GARANTIA DA PROPOSTA
4.1- A proposta de preço deverá ser enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. **As propostas de preços devem, obrigatoriamente, preencher os seguintes requisitos:**
4.1.1. A proposta financeira, deverá ser apresentada redigida em português claro e legível, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada, datada e assinada pela pessoa credenciada para tal, **indicando o preço Global , destacando individualmente o valor total da Mão de Obra e o valor total dos Materiais**, expresso em moeda corrente nacional, devendo estar incluídos todos os custos com material, mão de obra, inclusive o BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento), **com observância do valor referencia estabelecido**.
4.1.2. Planilha orçamentária, **contendo os quantitativos previstos, preço Unitário e valor Global** considerando inclusos todos os impostos, frete e encargos sociais e trabalhistas, mencionando todas as características do mesmo, além do prazo de entrega, deverá **também ser fornecido o valor referente Material e Mão-de-Obra em separado com observância dos valores de referencia estabelecidos.**
4.1.3. Cronograma físico-financeiro, contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamentos, bem definidas, assinado, também pelo responsável técnico legalmente habilitado.
4.1.4. Tabela de Composição do BDI descriminado, conforme Acórdão do TCU.
4.1.5. Planilha de Detalhamento dos encargos sociais.
4.2. Como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei 14.133/2021, os LICITANTES deverão apresentar **GARANTIA DE PROPOSTA** no valor de **R$ 8.608,28 (oito mil, seiscentos e oito reais e vinte e oito centavos), correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado da Contratação.**
4.3. Os LICITANTES que não apresentarem o comprovante da GARANTIA DE PROPOSTA no prazo estabelecido para envio da proposta e dos documentos de Habilitacao nas condições e prazos estabelecidos no EDITAL serão inabilitados e estarão impedidos de prosseguir na licitação.
4.4. A GARANTIA DE PROPOSTA deverá ser comprovada por todos os licitantes e poderá ser prestada por uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021, à escolha do licitante, quais sejam:
4.4.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo **Ministério da Fazenda**;
4.4.2. seguro-garantia;
4.4.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
4.5. No caso da **GARANTIA DE PROPOSTA** ser prestada na modalidade **CAUÇÃO EM DINHEIRO**, o Licitante deverá efetuar o pagamento, diretamente na tesouraria da Prefeitura localizada na Rua das Hortensias nº57, centro, Relvado/RS ou através de depósito ou transferência bancária através do **BANCO BANRISUL S/A - 041 - Agência 0595 - C/C nº 0413542601 do Município de Relvado/RS. No comprovante de pagamento deverá estar identificado com RAZÃO SOCIAL e CNPJ do licitante, bem como, VALOR DO DEPOSITO.**
4.6. As GARANTIAS DE PROPOSTAS apresentadas nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária deverão ser apresentadas com o seu valor expresso em moeda corrente nacional (R$), contendo a assinatura dos administradores da entidade emitente, com a comprovação dos respectivos poderes de representação, com prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias a partir da data de entrega das propostas.
4.7. As GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas na modalidade seguro-garantia deverão seguir o disposto nas diretrizes da SUSEP.
4.8. A GARANTIA DE PROPOSTA ofertada não poderá conter ressalvas ou condições que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.
4.9. Nos casos em que a validade da GARANTIA DE PROPOSTA expirar antes da publicação do contrato, a manutenção das condições de habilitação do LICITANTE ficará condicionada à regular renovação da respectiva GARANTIA DE PROPOSTA, ou à sua substituição por uma das demais modalidades previstas no presente EDITAL, às suas próprias expensas.
4.10. Caberá ao LICITANTE promover a renovação tempestiva da sua GARANTIA DE PROPOSTA, antes da materialização da sua expiração, devendo comunicar tal expediente à COMISSÃO DE LICITAÇÃO

4.11. **A GARANTIA DE PROPOSTA será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação**.
4.12. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelos LICITANTES decorrentes de sua participação na LICITAÇÃO dará causa à execução da GARANTIA DE PROPOSTA, mediante notificação prévia do LICITANTE, sem prejuízo das demais penalidades previstas no EDITAL, ou na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
4.13. A GARANTIA DE PROPOSTA também responderá pelas multas, penalidades e indenizações devidas pelo LICITANTE ao PODER CONCEDENTE, incorridas durante a LICITAÇÃO, inclusive no caso de recusa de celebração do CONTRATO pelo ADJUDICATÁRIO, não sendo excluída, em qualquer caso, a sua responsabilidade e obrigação de ressarcir eventuais perdas e danos que não sejam suportadas pela GARANTIA DE PROPOSTA.
4.14. JUSTIFICATIVA DA EXIGENCIA. A exigência da GARANTIA DE PROPOSTA tem a função de evidenciar a seriedade da proposta apresentada e não se confunde com a garantia contratual, disciplinada por meio dos arts. 96 a 102 da Lei 14.133/2021, a qual tem limites percentuais diferentes e somente pode ser exigida do contratado, com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas por ele perante a Administração. A GARANTIA DE PROPOSTA enquadra-se como requisito de pré-habilitação, ou seja, como condição para participar do processo licitatório, com comprovação na sessão pública junto aos demais documentos exigidos, evitando favorecimentos indevidos e assegurando a isonomia entre os concorrentes, bem como, fortalece a segurança jurídica do processo licitatório e também contribui para uma competição mais justa, reduzindo desistências de última hora e protegendo o interesse público, assegurando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e motivação adequada.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS E ENVIO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.
5.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos do edital, forem manifestadamente inexequíveis ou identifiquem o licitante.
5.3. A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos participantes.
5.4. A não desclassificação preliminar da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentidocontrário, no momento oportuno.
5.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, considerando o critério dejulgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**.
5.6. Somente as propostas classificadas pelo Agente de Contratação participarão da etapa competitiva (fase de lances).
5.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio dosistema eletrônico, em campo próprio, sendo imediatamente informados do recebimento e registro do valor do lance.
5.8. O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos, porém a classificação será pelo **MENO PREÇO GLOBAL**.
5.8.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R$ 500,00 (quinhentos reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
5.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
5.9.1. O licitante poderá oferecer lance superior ao que esteja vencendo o certame, desde que inferior ao menor lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tal lance definido como "intermediário". Havendo lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
5.9.2. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema.
5.10. Durante a sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do preço do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
5.11. Durante a fase de lances, não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema, salvo na hipótese do último lance .
5.12. Se o licitante enviar lance que esteja em desacordo com o edital poderá tê-lo cancelado pelo Agente de Contratação, através do sistema.

5.13. A etapa de lances da sessão pública será no modo de disputa aberto, conforme artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021. Nesse modo de disputa, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final.
5.14. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
5.14.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
5.14.2. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
5.14.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o agente de contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
5.15. Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescentedos preços apresentados.
5.16. Caso nenhum licitante apresente lance na etapa competitiva (fase de lances), valem os preços apresentados e classificados na etapa de propostas.
5.17. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos noartigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
5.18. Encerrada a sessão de lances, o sistema verificará a ocorrência do empate ficto, previsto no artigo44, parágrafo 2º, da Lei Complementar 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).
5.19. Entende-se como empate ficto, as situações em que as propostas apresentadas pela ME ou EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
5.20. Ocorrendo o empate ficto, a ME ou EPP detentora da proposta de menor valor será convocadapara apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta inferior àquela considerada, até então,de menor valor, sob pena de preclusão.
5.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema realizará sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
5.22. Se a ME ou EPP convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, o sistemaautomaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.
5.23. O critério de desempate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor preço tiver sido apresentada por ME ou EPP, ou quando a licitação for exclusiva para ME/EPP, ou quando o licitante deixar de declarar a condição debeneficiário da Lei Complementar nº 123/2006 no momento do envio da proposta inicial.
5.24. A ordem de apresentação das propostas é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada.
5.25. Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no artigo 60 da Lei Federal n° 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
5.26. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
5.27. Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a 10 (dez) minutos para o Agente de Contratação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
5.28. Encerrada a etapa competitiva, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, por meio do sistema, com o acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado.
5.28.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificadoem razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
5.28.2. O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo estipulado, na sessão, pelo Agente de Contratação.
5.29. Encerrada a fase de lances e a fase de negociação, conforme o caso, o Agente de Contratação convocará o licitante que ofertou o menor preço para enviar a proposta de preço final nos termos deste edital.

6. DO NAO ENVIO DA PROPOSTA INICIAL

6.1.O não cumprimento do envio da PROPOSTA INICIAL **na** data estabelecida no preambulo do edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares requeridos, acarretará nas sanções previstas neste Edital, podendo o Agente de Contratação convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.DA PROPOSTA DE PREÇO FINAL

7.1.A proposta de preço final do licitante que apresentou o MENOR VALOR GLOBAL DO LOTE deverá ser redigida em linguagem clara, perfeitamente legível, identificada e assinada pelo representante legal do licitante, enviada em campo próprio do Portal de Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, com valores em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, considerando as condições deste edital e seus anexos, destacando valore unitários e totais do item e do Lote.

7.1.1. Estar acompanhada da **Planilha Orçamentária**, assinada pelo responsável técnico da empresa, em todos os seus itens, com especificação do materiale mão de obra separadamente, , inclusive preços unitários e totais, em reais, com apenasduas casas após a vírgula, considerando inclusos todos os impostos, fretes, encargos sociais e demais despesas decorrentes para a realização da obra; do **Detalhamento do índice global de BDI** e **Encargos Sociais adotados.**

7.1.2.O prazo de validade da proposta é de no máximo 90 (noventa) dias.

7.1.3.**Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.**

7.1.4.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.1.5.Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

7.1.6.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

7.1.6.1.Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso,prevalecerão estes últimos.

7.1.7.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.1.8.A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante

7.1.9. A proposta de preço final deverá ser encaminhada no prazo não inferior **de ate 02 (duas) horas** e deverá estar adequada ao valor último lance ofertado (em caso de disputa de lances) ou adequada ao valor apresentado pelo licitante na fase de negociação (quando houver), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares requeridos.

7.1.10.É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou de ofício.

8.DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, cuja proposta tiver sido aceita, deverá enviar, por meio de campo próprio do Portal de Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, em formato PDF, perfeitamente legíveis, os documentos relacionados nos subitens 8.2, 8.3, 8.4, 8.5 e 8.6 para fins de habilitação, **no prazo de ate 02 (duas) horas**, prorrogável a critério do(a) pregoeiro(a). **Os documentos de exigencias que não constam na lista do Portal devem ser anexados no campo "OUTROS DOCUMENTOS".**

8.1.1. Em observância ao princípio do formalismo moderado e ao dever de saneamento de falhas, previsto no art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme entendimento consolidado nos Acórdãos TCU nº 1.788/2026-Plenário, nº 1.211/2021-Plenário e nº2.443/2021-Plenário, a Administração poderá promover diligência, antes da inabilitação da licitante, para a apresentação ou complementação de documentos de natureza declaratória destinados exclusivamente à comprovação de condição preexistente à abertura da sessão pública, desde que não implique a criação de requisito novo, a substituição de documento constitutivo de direito inexistente à época ou a regularização extemporânea da habilitação.

8.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando desociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição deseus administradores. A

apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na JuntaComercial, substitui a apresentação das alterações;

8.2.2. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamentono País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quandoa atividade assim o exigir;

8.2.3. O licitante que, durante a fase de apresentação de proposta e/ou fase de lances, usufruiu dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 (ME/EPP) deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:

8.2.3.1. Certidão expedida pela Junta Comercial que comprove o efetivo enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, devidamente registrado pelo órgão competente, com prazo de validade de no maximo 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão **OU Declaração assinada pelo responsavel tecnico devidamente registrado pelo órgão competente atestando o efetivo enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, com data de assinatura de no maximo 90 (noventa) dias anteriore sa data da sessão de abertura.

8.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.3.2. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo aodomicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

8.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sededo licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3.4. Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempode Serviço – FGTS;

8.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.4.1. Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/CONFEA e/ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR, da região onde a sede da licitante se localiza, sendo que os expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do respectivo Conselho sediado no Estado do RS.

8.4.1.1.O visto do CREA-RS/CAU-RS para empresas não domiciliadas no Estado do RS, será exigido pela ocasião da assinatura do contrato.

8.4.2.Comprovante de registro do no mínimo um Responsável Técnico Engenheiro Civil e/ou Arquiteto junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura-CREA/CONFEA e/ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo-CAU/BR, **competente da região onde a sede da licitante se localiza,** sendo que os expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do respectivo Conselho sediado no Estado do RS.

8.4.2.1.O visto do CREA/RS / CAU/RS para profissionais não domiciliados no Estado do RS, será exigido pela ocasião da assinatura do contrato.

8.4.3.Prova do vinculo do profissional indicado no Item 8.4.2, com a empresa, com comprovação através de Contrato Social devidamente registrado, quando o profissional for sócio da empresa e para os casos de não sócios através da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato Civil de prestação de serviços.

8.4.4.Atestado ou certidão de capacidade técnica do responsável técnico da licitante indicado no Item 8.4.2, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado obra ou serviço de características semelhantes ao objeto do presente Edital comprovando a execução de **pavimentação em concreto**, nos termos do art. 67, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021. O atestado deverá referir-se a obra já concluída e conter, no mínimo, as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza da obra, localização, período de execução, descrição dos serviços executados e respectivas quantidades.

8.4.4.1. O atestado somente será aceito com a respectiva certidão do CREA/CONFEA e/ou CAU/BR, não sendo aceita certificação através de carimbo.

8.4.5 Atestado ou certidão de capacidade técnica operacional da empresa licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado obra ou serviço de características semelhantes ao objeto do presente Edital comprovando a execução de **pavimentação em concreto**, nos termos do art. 67, inciso II, §§ 1º

e 2º, da Lei nº 14.133/2021. O atestado deverá referir-se a obra já concluída e conter, no mínimo, as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza da obra, localização, período de execução, descrição dos serviços executados e respectivas quantidades.

8.4.6. Declaração de que a Licitante de possuir equipamentos e equipe qualificada em quantidade mínima e necessária para a execução do objeto nas condições e prazos estabelecidos no Edital.

8.4.7.A contratada deverá manter os veículos e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento sujeitos a revisão por responsável indicado pelo Município, à qualquer momento durante a vigência do contrato.

8.4.8. A critério do Município, poderá a qualquer momento, ser exigida a troca de equipamento ou veículo, que não atendam às exigências dos serviços ou de lei.

8.4.9. Declaração formal da licitante de disponibilidade de Usina de Concreto própria ou de terceiros, acompanhada da Licença Ambiental de Operação em vigor, para atendimento do objeto da presente licitação.

8.4.9.1. No caso em que a Usina de concreto não for de propriedade do licitante, deverá a declaração estar assinada juntamente com o proprietário assegurando a disponibilidade da Usina para uso ou fornecimento do concreto no atendimento dos serviços objeto desta licitação, acompanhada da Licença de Operação Ambiental em vigor.

8.4.10. **Comprovação de que a licitante possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo** equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social exigível, nos termos do art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.5. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA:

8.5.1. Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor judicial da sede a pessoa jurídica.

8.5.2. Declaração que não está sob os efeitos de penalidade administrativa de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública Federal, Estadual ou Municipal, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos que venha alterar a sua capacidade jurídica, técnica, fiscal ou econômico-financeira.

8.6. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (DECLARAÇÕES):

8.6.1. Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, consequentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

8.6.2. Indicação do Responsável Técnico que atuará nas obras/serviços, com o compromisso dele de que, caso a licitante seja vencedora, exercerá diretamente suas atividades nos serviços contratados, autorizando a sua inclusão na equipe de trabalho.

8.6.3. Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalhoa menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

8.6.4. Apresentação de **ATESTADO DE VISITA** ao local dos trabalhos, que deverá ser realizada pelo responsável técnico da empresa proponente, acompanhado pelo Engenheiro da Administração Municipal, o qual atestará esta visita, ou **Declaração do responsável técnico da empresa proponente, de que possui pleno conhecimento do local dos trabalhos neste município de RELVADO/RS**, bem como, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos serviços , objeto do presente Edital.

8.6.4.1. A visita deverá ser realizada até o dia 07/12/2026, três dias úteis antes da realização da Licitação. A visita deverá ser agendada com o Departamento de Engenharia do município de RELVADO.

8.7. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.

8.7.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.7.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para

pagamento ou parcelamento do débito e para emissão deeventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
8.7.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n° 14.133/2021,sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
8.8. As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante e assinadas, no mínimo, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.
8.9. Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
8.10. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que olicitante enviá-los via sistema, após a convocação do Agente de Contratação. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.
8.11. Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade atravésde consulta realizada pelo Agente de Contratação, caso necessário.
8.12. Serão aceitos documentos assinados eletronicamente, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020.
8.13. Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. O Agente de Contratação examinará a proposta de menor valor quanto à adequação ao solicitado e classificará a proposta que atender aos requisitos do edital e de seus anexos.
9.2. Serão desclassificadas as propostas que:
a) contiverem vícios insanáveis;não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
b) apresentarem preços inexequíveis; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração ou apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
c) As propostas após a fase lances, com valores acima do valor referência global estabelecido, conforme artigo 59, III da Lei 14.133/2021.
9.3. Caso a proposta atenda às condições do edital e seus anexos, o Agente de Contratação passará ao exame dos documentos de habilitação do licitante.
9.4. Em caso de desclassificação da proposta, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.
9.5. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do licitante, o Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção,mediante consulta no Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e nos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União;
b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade,mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
c) Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
9.5.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
9.5.2. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
9.6. O Agente de Contratação examinará os documentos e considerará habilitado o licitante que satisfizer às exigências constantes deste edital, inabilitando-o em caso contrário.
9.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou aapresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desdeque necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
9.8. Em qualquer fase da licitação, o Agente de Contratação ou a Autoridade Competente poderão promover diligência destinada à complementação de informações acerca de documentos exigidos neste edital e já apresentados pelo licitante.
9.8.1. Havendo necessidade de envio de informações ou documentos complementares, o licitante seráconvocado a enviá-los, via sistema, em prazo não inferior a 02 (duas) horas e não superior a 48 (quarenta e oito) horas.
9.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação estabelecidas no edital, o licitante seradeclarado vencedor.
9.10. Em caso de inabilitação, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de licitante que atenda aos requisitos de classificação e de habilitação.
9.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.12. O sistema eletrônico do Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br disponibilizará as atas, relatórios e demais documentos, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.
9.13. O Agente de Contratação ou a Autoridade Competente poderão suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.
9.14. Na hipótese de necessidade de suspensão, a sessão pública será reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Declarado o vencedor da licitação, após o término do julgamento da proposta e dos documentosde habilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, **não inferior a 10 (dez) minutos**, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer,sob pena de preclusão.
10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em campo próprio no sistema, no prazo de até 03(três) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.
10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar contrarrazões, em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente ouda data da intimação.
10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
10.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam seraproveitados.
10.6. O recurso e a reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.
10.7. Na elaboração da decisão acerca do recurso, o Agente de Contratação e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.
10.8. Os interessados ficam obrigados a acessar o Portal : Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br para obter a resposta ao recurso apresentado.
10.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
10.10. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única, na forma prevista no inciso II do § 1º do artigo165 da Lei Federal n° 14.133/2021.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Após a declaração do vencedor da licitação, caberá ao Agente de Contratação encaminhar o processo licitatório à Autoridade Competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento licitatório, observado o disposto no artigo 71 da Lei Federal n° 14.133/2021.

12. PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 12(doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério da Administração, nos termos da legislação.
12.2. A obra terá início no prazo de 10 (dez) dias uteis , a contar da assinatura do Contrato e será executada, no endereço constante do objeto deste Edital, de acordo com a proposta vencedora da licitação e de acordo com as cláusulas do contrato.

12.3. O prazo para a conclusão do objeto do contrato será de até 04 (quatro) meses a contar da assinatura do contrato.
12.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na obra, até o montante de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
12.5. Após, publique-se o instrumento do Contrato, conforme determina o art. 94 da Lei 14.133/2021.
12.6. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato a contratada deverá comprovar:
12.6.1. Apresentação das ARTs de execução do serviço contratado.
12.6.2. Comprovação da garantia do Contrato.
12.6.3. Declaração de que a empresa proponente possui PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), PCMSO-Programa de Controle Medico de Saúde Ocupacional e PGR-Programa de Gerenciamento de Riscos conforme norma trabalhista/previdenciária atual.
12.6.4. Matricula da Obra.

13. DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações exigidas neste Edital. Neste caso, o licitante fica obrigado a substituir os objetos irregulares, imediatamente após a comunicação da Secretaria solicitante, sem custo adicional para o Município.
13.2. No caso de descumprimento dos prazos determinados para entrega do objeto e/ou entrega em desacordo com o solicitado no Edital, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.
13.3. O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil do licitante, por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços verificados posteriormente, garantindo-se ao Município as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.
13.4. A execução do contrato será objeto de acompanhamento e fiscalização por parte do Município, através do Engenheiro Cristiano Fugali, CREA/RS nº 201849 e servidores nomeados pela da Portaria 11/2024 a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar a correção das mesmas.
13.5. É vedada a subcontratação total do objeto, bem como a cessão ou transferência do contrato.
13.6. Será admitida a subcontratação parcial apenas de serviços acessórios ou especializados até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual, mediante prévia e expressa autorização da fiscalização técnica do Município, permanecendo a Contratada integralmente responsável perante a Administração pela execução, qualidade e encargos da obra.

14. DAS GARANTIAS DO CONTRATO

14.1. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta com base no Artigo 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021.
14.2. Sem prejuízo da garantia adicional prevista no item 14.1 do presente instrumento, será exigida do vencedor da licitação garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades:
a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo **Ministério da Fazenda.**
b) seguro-garantia;
c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
14.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
14.4. O objeto do presente contrato tem garantia de 5 (cinco) anos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, consoante dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o Contratado responsável por todos os encargos decorrentes disso.
14.5. A CONTRATADA será responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que eventualmente venha a causar ao Munícipio, coisas, propriedades, ou à terceiros, em decorrência da execução do serviço, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para ao Munícipio, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.
14.6. A contratada deverá respeitar as legislações trabalhistas, fiscal, previdenciária e ambiental.

15. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, no valor correspondente ao percentual do serviço realizado, conforme Boletim de Medição da municipalidade e emissão de Nota Fiscal e serão efetuados em conta bancária do licitante vencedor, com recursos de Transferência Especial da União, Contrato FINISA nº 0640859-35 e próprios do Município.

15.2. Toda nota fiscal deverá estará acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, e para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria, bem como o ISS respectivo conforme Legislação do Município.

15.3. Os pagamentos estão condicionados à liberação dos recursos pelo Ministério, bem como a vistoria e liberação dos Boletins de Medição por parte dos técnicos do Município, com recursos de Transferência Especial da União, Contrato FINISA nº 0640859-35 e próprios do Município.

15.4.Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta bancária em nome da licitante vencedora.

15.5. Para fins de conhecimento, informa-se que a Lei Municipal nº1.833/2025, de 06 de novembro de 2025, alterou a base de cálculo do ISS dos subitens 7.02 e 7.05 para o preço total do serviço prestado, incluindo o material empregado no serviço, atendendo posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, as notas fiscais emitidas para o Município de Relvado deverão destacar corretamente a retenção do ISS, conforme lei aprovada.

15.6. O objeto deste Edital correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

26.782.0101.11.26—Construção de Calçamento ou Pavimentação Asfáltica

4.4.90.51.00.06.02- OBRAS E INSTALAÇÕES

16.DA CONTRATAÇÃO E OBRIGAÇOES

16.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Contrato.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação,para assinar o Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3. Alternativamente à convocação para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.4. O licitante se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seu(s) anexo(s).

16.5. O licitante reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 daLei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

16.6. O prazo de vigência da contratação é de **01(um) ano,** podendo ser prorrogado, por igual período,nos termos da Lei nº 14.133/21.

16.7. O licitante deverá preencher a declaração do **Anexo do** Edital, indicando o e-mail principal do responsável que manterá contato com o fiscal do contrato.

16.8. O e-mail indicado será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações foremenviadas para o endereço eletrônico informado.

16.9. das obrigações das partes

16.9.1. Obrigações da Contratada:

a) Executar a obra em estrita obediência ao Projeto Básico, Memorial Descritivo, especificações técnicas e normas da ABNT aplicáveis;

b) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, por ação ou omissão própria ou de seus prepostos;

c) Cumprir rigorosamente as legislações trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária e ambiental vigentes, arcando com todos os encargos decorrentes;

d) Observar as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (especialmente NR-06, NR-18 e demais aplicáveis), fornecendo e fiscalizando o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs) por toda a equipe, além de manter adequada sinalização de trânsito e segurança no entorno da obra;

e) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comprovando mensalmente a regularidade perante o FGTS, INSS e obrigações trabalhistas.
f) A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente o projeto básico, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.
16.9.2. Obrigações da Contratante (Município):
a) Emitir a Ordem de Início dos Serviços e assegurar o livre acesso da Contratada ao local da intervenção;
b) Acompanhar, fiscalizar e realizar as medições dos serviços executados nos prazos estabelecidos;
c) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições e prazos estipulados neste Edital.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Na vigência do Contrato, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:
17.2. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito delicitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;
17.3. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido: advertência por escrito sempre que verificadas;
17.4. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s): aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;
17.5. Dependendo da gravidade da falta: suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);
17.6. Nos casos de falta grave: declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco)anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.
17.7. Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do contratante a definição do que sejam "pequenas irregularidades", "gravidade da falta" e "falta grave".
17.8. No caso de aplicação de multa, a contratada será notificada, por escrito, da referida sanção, tendoela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.
17.9. Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.
17.10. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
18.2. As demandas deverão ser encaminhadas através da plataforma eletronica Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br com envio e recebimento de documentos de forma online.
18.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
18.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada peloAgente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
18.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19. DO FORO

19.1. Para dirimir questões emergentes desta licitação, fica eleito o Foro de ENCANTADO/RS com renúncia expressa a qualquer outro.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e do municipio: https:// www.relvadors.gov.br. nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
20.2. Informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua das Hortênsias nº 57, Centro, Relvado/RS ou através do fone: 51-99307-0217 e e-mail

administracao2@relvadors.com.br no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

20.3. Será divulgada ata da sessão pública no Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

20.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

20.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horáriode Brasília - DF.

20.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente dacondução ou do resultado do processo licitatório.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante,desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seu(s) anexo(s) ou demais peças quecompõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.12. Fica assegurado ao Município de RELVADO/RS, o direito de a qualquer tempo, antes da contratação, revogar a presente Licitação, por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, suficiente para justificar o ato, sem que assista às licitantes direito à indenização.

RELVADO /RS, 24 de novembro de 2026.

CARLOS LUIZ FRAPORTI
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026
ANEXO I –TERMO DE REFERENCIA

01: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente TERMO DE REFERENCIA a contratação de empresa especializada para execução de obra de PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO na Avenida Independência, trecho entre a ponte e a interseção da rua das Palmeiras, centro, no município de Relvado/RS, com área de 2.519,90 m2, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, estando incluso, material e mão de obra, de acordo com as especificações do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e minuta de Contrato anexos, que são parte integrante do presente Edital com **VALOR REFERENCIA GLOBAL de R$ 860.828,17 (oitocentos e sessenta mil, oitocentos e vinte e oito reais e dezessete centavos),** com recursos de Transferência Especial da União , Contrato FINISA nº 0640859-35 e próprios do Município, com prazo de execução, em até 04(quatro) meses a contar da assinatura do contrato.

1.2. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, Memorial Descritivo, Projeto e Planilha Orçamentária ANEXOS.

1.3. É de responsabilidade da licitante vencedora apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT referente à execução da obra e Matricula da obra bem como, colocar placa de identificação, conforme modelo fornecido pelo Município, sendo que estas deverão ser removidas do local, quando da conclusão da obra.

1.4. Serão desclassificadas propostas finais superiores ao orçamento estimado, conforme artigo 59, III, da Lei 14.133/2021.

1.5.O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.6. Demais informações pertinentes ao objeto da licitação encontram-se detalhadas nos anexos do edital.

1.7. Para participar do processo licitatório, o licitante deverá inserir no Portal : Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br , os documentos dispostos no Edital.

2. DA GARANTIA DA PROPOSTA

2.1. Como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei 14.133/2021, os LICITANTES deverão apresentar **GARANTIA DE PROPOSTA** no valor de **R$ 8.608,28 (oito mil, seiscentos e oito reais e vinte e oito centavos), correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado da Contratação.**

2.2. Os LICITANTES que não apresentarem o comprovante da GARANTIA DE PROPOSTA no prazo estabelecido para envio da proposta e dos documentos de Habilitação nas condições e prazos estabelecidos no EDITAL serão inabilitados e estarão impedidos de prosseguir na licitação.

2.3. A GARANTIA DE PROPOSTA deverá ser comprovada por todos os licitantes e poderá ser prestada por uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021, à escolha do licitante, quais sejam:

2.3.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo **Ministério da Fazenda)**;

2.3.2. seguro-garantia;

3.3.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

2.4. No caso da **GARANTIA DE PROPOSTA** ser prestada na modalidade **CAUÇÃO EM DINHEIRO**, o Licitante deverá efetuar o pagamento, diretamente na tesouraria da Prefeitura localizada na Rua das Hortênsias nº57, centro, Relvado/RS ou através de depósito ou transferência bancária através do **BANCO BANRISUL S/A - 041 - Agência 0595 - C/C nº 0413542601 do Município de Relvado/RS. No comprovante de pagamento deverá estar identificado com RAZÃO SOCIAL e CNPJ do licitante, bem como, VALOR DO DEPOSITO.**

2.5.As GARANTIAS DE PROPOSTAS apresentadas nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária deverão ser apresentadas com o seu valor expresso em moeda corrente nacional (R$), contendo a assinatura dos administradores da entidade emitente, com a comprovação dos respectivos poderes de representação, com prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias a partir da data de entrega das propostas.

2.6. As GARANTIAS DE PROPOSTA apresentadas na modalidade seguro-garantia deverão seguir o disposto nas diretrizes da SUSEP.

2.7.A GARANTIA DE PROPOSTA ofertada não poderá conter ressalvas ou condições que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.
2.8. Nos casos em que a validade da GARANTIA DE PROPOSTA expirar antes da publicação do contrato, a manutenção das condições de habilitação do LICITANTE ficará condicionada à regular renovação da respectiva GARANTIA DE PROPOSTA, ou à sua substituição por uma das demais modalidades previstas no presente EDITAL, às suas próprias expensas.
2.9. Caberá ao LICITANTE promover a renovação tempestiva da sua GARANTIA DE PROPOSTA, antes da materialização da sua expiração, devendo comunicar tal expediente à COMISSÃO DE CONTRATAÇAO.
2.10. **A GARANTIA DE PROPOSTA será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação**.
2.11. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelos LICITANTES decorrentes de sua participação na LICITAÇÃO dará causa à execução da GARANTIA DE PROPOSTA, mediante notificação prévia do LICITANTE, sem prejuízo das demais penalidades previstas no EDITAL, ou na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
2.12. A GARANTIA DE PROPOSTA também responderá pelas multas, penalidades e indenizações devidas pelo LICITANTE ao MUNICIPIO, incorridas durante a LICITAÇÃO, inclusive no caso de recusa de celebração do CONTRATO pelo ADJUDICATÁRIO, não sendo excluída, em qualquer caso, a sua responsabilidade e obrigação de ressarcir eventuais perdas e danos que não sejam suportadas pela GARANTIA DE PROPOSTA.
2.13. JUSTIFICATIVA DA EXIGENCIA. A exigência da GARANTIA DE PROPOSTA tem a função de evidenciar a seriedade da proposta apresentada e não se confunde com a garantia contratual, disciplinada por meio dos arts. 96 a 102 da Lei 14.133/2021, a qual tem limites percentuais diferentes e somente pode ser exigida do contratado, com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas por ele perante a Administração. A GARANTIA DE PROPOSTA enquadra-se como requisito de pré-habilitação, ou seja, como condição para participar do processo licitatório, com comprovação na sessão pública junto aos demais documentos exigidos, evitando favorecimentos indevidos e assegurando a isonomia entre os concorrentes, bem como, fortalece a segurança jurídica do processo licitatório e também contribui para uma competição mais justa, reduzindo desistências de última hora e protegendo o interesse público, assegurando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e motivação adequada.

3.DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E DA NECESSIDADE
3.1. O objeto desta contratação se enquadra como OBRA COMUM DE ENGENHARIA, portanto, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme disposto no Art. 6º, inciso XXI, alinea "a" da Lei n° 14.133/2021.
3.2. O valor estimado a ser pago possui base na tabela **SINAPI** (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).
3.3.A presente contratação visa atender à necessidade premente de melhoria da infraestrutura viária urbana do Município de Relvado/RS, especificamente na Avenida Independência (trecho compreendido entre a ponte e a interseção com a Rua das Palmeiras, no Centro). Trata-se de uma via estratégica de intenso fluxo de veículos leves, pesados e pedestres, que conecta pontos essenciais da área central e facilita o escoamento da produção local e o acesso a serviços públicos e comerciais.
Atualmente, as condições de trafegabilidade do referido trecho apresentam desgaste e limitações estruturais que elevam os custos de manutenção corretiva periódica, comprometem a segurança viária e prejudicam o conforto dos usuários e moradores lindeiros, especialmente em períodos de chuvas intensas.

4. DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TECNICA:
4.1. Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/CONFEA e/ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR, da região onde a sede da licitante se localiza, sendo que os expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do respectivo Conselho sediado no Estado do RS.
4.1.1.O visto do CREA-RS/CAU-RS para empresas não domiciliadas no Estado do RS, será exigido pela ocasião da assinatura do contrato.
4.2.Comprovante de registro do no mínimo um Responsável Técnico Engenheiro Civil e/ou Arquiteto junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura-CREA/CONFEA e/ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo-CAU/BR, **competente da região onde a sede da licitante se localiza,** sendo que os expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do respectivo Conselho sediado no Estado do RS.

4.2.1.O visto do CREA/RS / CAU/RS para profissionais não domiciliados no Estado do RS, será exigido pela ocasião da assinatura do contrato.
4.3. Prova do vínculo do profissional indicado no Item 4.2, com a empresa, com comprovação através de Contrato Social devidamente registrado, quando o profissional for sócio da empresa e para os casos de não sócios através da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato Civil de prestação de serviços.
4.4.Atestado ou certidão de capacidade técnica do responsável técnico da licitante indicado no Item 4.2, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado obra ou serviço de características semelhantes ao objeto do presente Edital comprovando a execução de **pavimentação em concreto**, nos termos do art. 67, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021. O atestado deverá referir-se a obra já concluída e conter, no mínimo, as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza da obra, localização, período de execução, descrição dos serviços executados e respectivas quantidades.
4.4.1. O atestado somente será aceito com a respectiva certidão do CREA/CONFEA e/ou CAU/BR, não sendo aceita certificação através de carimbo.
4.5 Atestado ou certidão de capacidade técnica operacional da empresa licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado obra ou serviço de características semelhantes ao objeto do presente Edital comprovando a execução de **pavimentação em concreto**, nos termos do art. 67, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021. O atestado deverá referir-se a obra já concluída e conter, no mínimo, as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza da obra, localização, período de execução, descrição dos serviços executados e respectivas quantidades.
4.6. Declaração de que a Licitante de possuir equipamentos e equipe qualificada em quantidade mínima e necessária para a execução do objeto nas condições e prazos estabelecidos no Edital.
4.7.A contratada deverá manter os veículos e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento sujeitos a revisão por responsável indicado pelo Município, à qualquer momento durante a vigência do contrato.
4.8. A critério do Município, poderá a qualquer momento, ser exigida a troca de equipamento ou veículo, que não atendam às exigências dos serviços ou de lei.
4.9. Declaração formal da licitante de disponibilidade de Usina de Concreto própria ou de terceiros, acompanhada da Licença Ambiental de Operação em vigor, para atendimento do objeto da presente licitação.
4.9.1. No caso em que a Usina de concreto não for de propriedade do licitante, deverá a declaração estar assinada juntamente com o proprietário assegurando a disponibilidade da Usina para uso ou fornecimento do concreto no atendimento dos serviços objeto desta licitação, acompanhada da Licença de Operação Ambiental em vigor.

5. DAS GARANTIAS DO CONTRATO
5.1. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta com base no Artigo 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021.
5.2. Sem prejuízo da garantia adicional prevista no item 5.1 do presente instrumento, será exigida do vencedor da licitação garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades:
a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo **Ministério da Fazenda.**
b) seguro-garantia;
c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
5.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
5.4. O objeto do presente contrato tem garantia de 5 (cinco) anos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, consoante dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o Contratado responsável por todos os encargos decorrentes disso.
5.5. A CONTRATADA será responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que eventualmente venha a causar ao Munícipio, coisas, propriedades, ou à terceiros, em decorrência da execução do serviço, correndo às suas

expensas, sem responsabilidade ou ônus para ao Munícipio, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.
5.6. A contratada deverá respeitar as legislações trabalhistas, fiscal, previdenciária e ambiental.

6. DAS SANCOES
6.1. Na vigência do Contrato, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:
6.2. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito delicitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;
6.3. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido: advertência por escrito sempre que verificadas;
6.4. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s): aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;
6.5. Dependendo da gravidade da falta: suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);
6.6. Nos casos de falta grave: declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco)anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.
6.7. Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do contratante a definição do que sejam "pequenas irregularidades", "gravidade da falta" e "falta grave".
6.8. No caso de aplicação de multa, a contratada será notificada, por escrito, da referida sanção, tendoela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.
6.9. Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.
6.10. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7. DOS PAGAMENTOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
7.1. Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, no valor correspondente ao percentual do serviço realizado, conforme Boletim de Medição da municipalidade e emissão de Nota Fiscal e serão efetuados em conta bancária do licitante vencedor, com recursos de Transferência Especial da União , Contrato FINISA nº 0640859-35 e próprios do Município.
7.2. Toda nota fiscal deverá estará acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, e para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria, bem como o ISS respectivo conforme Legislação do Município.
7.3. Os pagamentos estão condicionados à liberação dos recursos pelo Ministério, bem como a vistoria e liberação dos Boletins de Medição por parte dos técnicos do Município, com recursos de Transferência Especial da União , Contrato FINISA nº 0640859-35 e próprios do Município.
7.4.Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta bancária em nome da licitante vencedora.
7.5. Para fins de conhecimento, informa-se que a Lei Municipal nº1.833/2025, de 06 de novembro de 2025, alterou a base de cálculo do ISS dos subitens 7.02 e 7.05 para o preço total do serviço prestado, incluindo o material empregado no serviço, atendendo posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, as notas fiscais emitidas para o Município de Relvado deverão destacar corretamente a retenção do ISS, conforme lei aprovada.
7.6. O objeto deste Edital correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:
26.782.0101.11.26—Construção de Calçamento ou Pavimentação Asfáltica
4.4.90.51.00.06.02- OBRAS E INSTALAÇÕES

8. PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO
8.1. O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 12(doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério da Administração, nos termos da legislação.

8.2. A obra terá início no prazo de 10 (dez) dias uteis , a contar da assinatura do Contrato e será executada, no endereço constante do objeto deste Edital, de acordo com a proposta vencedora da licitação e de acordo com as cláusulas do contrato.
8.3. O prazo para a conclusão do objeto do contrato será de até 04 (quatro) meses a contar da assinatura do contrato.
8.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na obra, até o montante de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
8.5. Após, publique-se o instrumento do Contrato, conforme determina o art. 94 da Lei 14.133/2021.
8.6. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato a contratada deverá comprovar:
8.6.1. Apresentação das ARTs de execução do serviço contratado.
8.6.2. Comprovação da garantia do Contrato.
8.6.3. Declaração de que a empresa proponente possui PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), PCMSO-Programa de Controle Medico de Saúde Ocupacional e PGR-Programa de Gerenciamento de Riscos conforme norma trabalhista/previdenciária atual.
8.6.4. Matricula da Obra.

9.DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações exigidas neste Edital. Neste caso, o licitante fica obrigado a substituiros objetos irregulares, imediatamente após a comunicação da Secretaria solicitante, sem custo adicional para o Município.
9.2. No caso de descumprimento dos prazos determinados para entrega do objeto e/ou entrega em desacordo com o solicitado no Edital, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.
9.3. O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil do licitante, por víciosde quantidade ou qualidade dos serviços verificados posteriormente, garantindo-se ao Município as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.
9.4. A execução do contrato será objeto de acompanhamento e fiscalização por parte do Município, através do Engenheiro Cristiano Fugali, CREA/RS nº 201849 e servidores nomeados pela da Portaria 11/2024 a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar a correção das mesmas.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É vedada a subcontratação total do objeto, bem como a cessão ou transferência do contrato.
10.2. Será admitida a subcontratação parcial apenas de serviços acessórios ou especializados até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual, mediante prévia e expressa autorização da fiscalização técnica do Município, permanecendo a Contratada integralmente responsável perante a Administração pela execução, qualidade e encargos da obra.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Obrigações da Contratada:

a) Executar a obra em estrita obediência ao Projeto Básico, Memorial Descritivo, especificações técnicas e normas da ABNT aplicáveis;
b) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, por ação ou omissão própria ou de seus prepostos;
c) Cumprir rigorosamente as legislações trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária e ambiental vigentes, arcando com todos os encargos decorrentes;
d) Observar as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (especialmente NR-06, NR-18 e demais aplicáveis), fornecendo e fiscalizando o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs) por toda a equipe, além de manter adequada sinalização de trânsito e segurança no entorno da obra;
e) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comprovando mensalmente a regularidade perante o FGTS, INSS e obrigações trabalhistas.
f) A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente o projeto básico, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

11.2. Obrigações da Contratante (Município):

a) Emitir a Ordem de Início dos Serviços e assegurar o livre acesso da Contratada ao local da intervenção;
b) Acompanhar, fiscalizar e realizar as medições dos serviços executados nos prazos estabelecidos;
c) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições e prazos estipulados neste Termo de Referência.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Encantado/RS para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1.O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br e site do município https:// www.relvadors.gov.br nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

RELVADO, novembro de 2026.

ENGENHEIRO CRISTIANO FUGALI
CREA/RS 201849

CARLOS LUIZ FRAPORTI
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº175/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº13/2026

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E CAPACIDADE OPERATIVA
(Modelo)

(Nome da empresa)....., CNPJ nº ....., sediada.....(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexiste fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente procedimento licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, que possui capacidade operativa e disponibilidade financeira para atender ao objeto desta licitação.

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº175/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº13/2026

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE (PARA FINS DE BENEFÍCIO DAS DISPOSIÇÕES DO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/06) OU COMO COOPERATIVA (NOS TERMOS DO ART. 34 DA LEI N.º 11.488/07)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável (contador ou técnico contábil)_____, CPF nº _____, declara, para fins de participação na licitação modalidade CONCORRENCIA ELETRONICA nº13/2026, que:

( ) é considerada microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

( ) é considerada empresa de pequeno porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06;

( ) é cooperativa, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite de R$ 4.800.000,00 (tendo assim, direito aos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n.º 123/06)

Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n° 123/06.

Local e data: _____

_____
Nome do profissional contábil:
Nº de seu registro junto ao CRC:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº175/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº13/2026

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

À
Prefeitura Municipal de RELVADO - RS
Ref.: CONCORRENCIA ELETRONICA nº13/2026

A empresa _____,estabelecida _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____ declara, sob as penas da Lei, conhecer e aceitar as condições constantes deste Edital e seus anexos, e que atendemos plenamente aos requisitos necessários para habilitação e proposta e declaramos que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Local e Data

Assinatura: _____

Razão Social da licitante e CARIMBO COM CNPJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº175/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº13/2026

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO NOS QUADROS DA EMPRESA

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE RELVADO/RS

A Empresa , inscrita no CNPJ nº_____por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____(nº e órgão emissor) e do CPF nº__,
DECLARA, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente no Município de RELVADO/RS ou responsável pela licitação.
_____, em_____de.....de 2026.

(assinatura do representante legal) Carimbo da empresa com o CNPJ:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº175/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº13/2026

ANEXO VI

DECLARACÃO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
(Modelo)

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa _____, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do artigo sétimo da Constituição Federal: "... proibição de trabalho noturno perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

Ressalva:
( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e Data

_____
Assinatura do representante legal da licitante

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

O licitante [razão *social do licitante]*, inscrito no CNPJ sob o [número*]*, sediado na [nome *da rua, número, bairro, cidade/estado]*, telefone [(código *de área) número]*, e-mail [e *mail*], neste ato representado pelo(a) S.r.(a). [*nome completo*], portador(a) da cédula de identidade RG [*número*], inscrito(a) no CPF sob o [*número*], residente e domiciliado na [*nome da rua, número, bairro, cidade/estado*], DECLARA a fim de cumprir a solicitação contida no item 16.7 do Edital de Concorrência Eletrônica Nº ..../2026, o endereço eletrônico [*e-mail*] como principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa.
Ainda, declara que, considerar-se-á ciente quando qualquer documento for enviado para o endereço eletrônico indicado.
Por fim, declara que, em caso de alteração no endereço eletrônico acima, é de sua responsabilidade informar ao fiscal do contrato, a fim de atualização.

[cidade*/estado]*, [data*]* de [mês*]* de [ano*]*.

Assinatura
Nome completo
Cargo
Representante Legal

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E EQUIPE TÉCNICA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RELVADO/RS

Referente à Concorrência Eletrônica nº ____/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr.(a) _____, DECLARA, para os devidos fins, que dispõe ou disponibilizará, por ocasião da execução do objeto licitado, de todos os equipamentos, máquinas, ferramentas, materiais auxiliares e equipe técnica e operacional necessários e adequados à execução dos serviços, em conformidade com as especificações, condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Declara, ainda, que os equipamentos e a equipe disponibilizados serão suficientes e compatíveis com as características e dimensões da obra, comprometendo-se a mantê-los durante todo o período de execução contratual, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos e a qualidade dos serviços.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal da Empresa
Nome:
CPF:
Cargo:

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE USINA DE CONCRETO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RELVADO/RS

Referente à Concorrência Eletrônica nº ____/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr.(a) _____, DECLARA, para os devidos fins, que possui ou dispõe de meios para disponibilizar usina de concreto adequada e compatível com as necessidades da obra objeto desta licitação, atendendo às especificações técnicas, normas aplicáveis e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Declara, ainda, que a usina estará disponível durante o período necessário à execução dos serviços que demandem fornecimento de concreto, garantindo o atendimento às quantidades, características técnicas e prazos exigidos no projeto e no cronograma físico-financeiro da obra.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal da Empresa
Nome:
CPF:

ANEXO XII

TERMO DE INDICAÇÃO E COMPROMISSO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RELVADO/RS

Referente à Concorrência Eletrônica nº ____/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr.(a) _____, INDICA o(a) profissional abaixo identificado(a) para atuar como Responsável Técnico pela execução do objeto da Concorrência Eletrônica nº ____/2026:

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: _____

CPF: _____

Profissão: _____

Registro profissional (CREA/CAU): _____

Nº de registro: _____

A empresa e o profissional acima identificado DECLARAM, conjuntamente, que:

I – O profissional indicado possui habilitação legal e registro regular junto ao respectivo conselho profissional, estando apto a assumir a responsabilidade técnica pela execução dos serviços objeto da licitação;

II – O profissional compromete-se a acompanhar e responder tecnicamente pela execução da obra, observando os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, normas técnicas aplicáveis e demais disposições contratuais;

III – A empresa compromete-se a manter o profissional indicado como responsável técnico durante a execução contratual, admitindo sua substituição somente por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante prévia justificativa e aprovação da Administração, conforme legislação aplicável;

IV – O profissional declara estar ciente da indicação e manifesta sua concordância e compromisso com a responsabilidade técnica pela execução do objeto, caso a empresa venha a ser contratada.

Por ser expressão da verdade e para que produza seus efeitos legais, firmam o presente termo.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal da Empresa	Responsável Técnico Indicado

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA – DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RELVADO/RS

Referente à Concorrência Eletrônica nº ____/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr.(a) _____, DECLARA, para os devidos fins, que optou por não realizar a visita técnica ao local onde serão executados os serviços objeto da Concorrência Eletrônica nº ____/2026.

Declara, ainda, que possui pleno conhecimento das condições e características do local da obra, bem como das particularidades, dificuldades e circunstâncias que possam interferir na execução dos serviços, tendo analisado os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos disponibilizados pela Administração.

A empresa assume integral responsabilidade por sua opção de não realizar a visita técnica, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições locais ou de quaisquer circunstâncias que poderiam ter sido verificadas por ocasião da visita, para justificar eventuais falhas, atrasos ou solicitações de alterações contratuais indevidas.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal da Empresa
Nome:
CPF:
Cargo:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº175/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº13/2026

ANEXO XIV – MODELO DE PROPOSTA

1-IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:
NOME DA EMPRESA:.....
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:.....
REPRESENTANTE e CARGO:.....
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:.....
ENDEREÇO e TELEFONE:.....
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA.....

Apresentamos nossa proposta para a execução de obra de PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO na Avenida Independência, trecho entre a ponte e a interseção da rua das Palmeiras, centro, no município de Relvado/RS, com área de 2.519,90 m2, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, estando incluso, material e mão de obra, de acordo com as especificações do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento anexos, com recursos de Transferência Especial da União , Contrato FINISA nº 0640859-35 e próprios do Município, com prazo de execução, em até 04(quatro) meses a contar da assinatura do contrato.

VALOR TOTAL GLOBAL de R$.....(.....) sendo:
R$.....(.....) materiais
R$.....(.....) mão de obra incluídos todos os custos com material, mão de obra, inclusive o BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento
Validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias.
-CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme Edital
Data, IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO LICITANTE.

DEVERÁ ACOMPANHAR A PROPOSTA:
- **Planilha orçamentária**, **contendo os quantitativos previstos, preço Unitário e Valor Global** considerando inclusos todos os impostos, frete e encargos sociais e trabalhistas, mencionando todas as características do mesmo, além do prazo de entrega, deverá **também ser fornecido o valor referente Material e Mão-de-Obra em separado com observância do valor máximo estabelecido.**
- **Cronograma físico-financeiro, contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamentos, bem definidas**, assinado, também pelo responsável técnico legalmente habilitado;
-**Tabela de Composição do BDI** descriminado, conforme Acórdão do TCU.
-Planilha de Detalhamento dos encargos sociais.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº175/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº13/2026

ANEXO XV-MINUTA DO CONTRATO

Pelo presente contrato, o **MUNICÍPIO DE RELVADO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua das Hortênsias, n° 57, centro, na cidade de Relvado-RS, inscrito no CNPJ nº 92.402.510/0001-03,representado neste ato Prefeito Municipal, Sr....., portador do CPF nº....., residente a Rua ....., nº ....., nesta cidade de RELVADO/RS a seguir denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outra parte a empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., estabelecida a Rua ....., ..., doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. ....., portador do CPF nº ....., fundamentados nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01/04/2021 e pelo Decreto Municipal nº 28/2023 e de conformidade com o resultado constante da Licitação modalidade **CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº13/2026**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a execução de obra de PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO na Avenida Independência, trecho entre a ponte e a interseção da rua das Palmeiras, centro, no município de Relvado/RS, com área de 2.519,90 m2, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, estando incluso, material e mão de obra, de acordo com as especificações do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento anexos, com recursos de Transferência Especial da União , Contrato FINISA nº 0640859-35 e próprios do Município, com prazo de execução, em até 04(quatro) meses a contar da assinatura do contrato.

1.2. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, Memorial Descritivo, Projeto e Planilha Orçamentária anexos ao Edital.

1.3. <u>É de responsabilidade da licitante vencedora apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT referente à execução da obra e Matricula da obra bem como, colocar placa de identificação, conforme modelo fornecido pelo Município, sendo que estas deverão ser removidas do local, quando da conclusão da obra.</u>

1.4. Para efeitos obrigacionais, tanto a **CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº13/2026**, quanto à proposta nela adjudicada, integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1.A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o **Valor Total Global** de R$.....(.....) sendo o valor de R$ .....(.....) referente materiais e o valor de R$ ..... (.....) referente mão de obra conforme a proposta vencedora do Edital de Concorrência Eletrônica nº13/2026, anexo ao presente instrumento, aceito pelo Contratado entendido os valores acima como preços justos e suficientes para total execução do presente objeto. Sem reajuste de Preços no período.

2.2. Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, no valor correspondente ao percentual do serviço realizado, conforme Boletim de Medição da municipalidade e emissão de Nota Fiscal e serão efetuados em conta bancária do licitante vencedor, com recursos de Transferência Especial da União, Contrato FINISA nº 0640859-35 e próprios do Município.

2.3. Toda nota fiscal deverá estará acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, e para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria, bem como o ISS respectivo conforme Legislação do Município.

2.4. Os pagamentos estão condicionados à liberação dos recursos pelo Ministério, bem como a vistoria e liberação dos Boletins de Medição por parte dos técnicos do Município, com recursos de Transferência Especial da União, Contrato FINISA nº 0640859-35 e próprios do Município.

2.5.Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta bancária em nome da licitante vencedora.

2.6. <u>Para fins de conhecimento, informa-se que a Lei Municipal nº1.833/2025, de 06 de novembro de 2025, alterou a base de cálculo do ISS dos subitens 7.02 e 7.05 para o preço total do serviço prestado, incluindo o material empregado no serviço, atendendo posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e Superior</u>

Tribunal de Justiça. Dessa forma, as notas fiscais emitidas para o Município de Relvado deverão destacar corretamente a retenção do ISS, conforme lei aprovada.
2.7. O objeto deste Edital correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:
26.782.0101.11.26—Construção de Calçamento ou Pavimentação Asfáltica
4.4.90.51.00.06.02- OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS GARANTIAS DO CONTRATO
3.1. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta com base no Artigo 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021.
3.2. Sem prejuízo da garantia adicional prevista no item 3.1 do presente instrumento, será exigida do vencedor da licitação garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades:
a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo **Ministério da Fazenda.**
b) seguro-garantia;
c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
3.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
3.4. O objeto do presente contrato tem garantia de 5 (cinco) anos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, consoante dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o Contratado responsável por todos os encargos decorrentes disso.
3.5. A CONTRATADA será responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que eventualmente venha a causar ao Munícipio, coisas, propriedades, ou à terceiros, em decorrência da execução do serviço, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para ao Munícipio, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.
3.6. A contratada deverá respeitar as legislações trabalhistas, fiscal, previdenciária e ambiental.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA
4.1. Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações exigidas neste Edital. Neste caso, o licitante fica obrigado a substituiros objetos irregulares, imediatamente após a comunicação da Secretaria solicitante, sem custo adicional para o Município.
4.2. No caso de descumprimento dos prazos determinados para entrega do objeto e/ou entrega em desacordo com o solicitado no Edital, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.
4.3. O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil do licitante, por víciosde quantidade ou qualidade dos serviços verificados posteriormente, garantindo-se ao Município as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO
5.1. O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 12(doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério da Administração, nos termos da legislação.
5.2. A obra terá início no prazo de 10 (dez) dias uteis, a contar da assinatura do Contrato e será executada, no endereço constante do objeto deste Edital, de acordo com a proposta vencedora da licitação e de acordo com as cláusulas do contrato.
5.3. O prazo para a conclusão do objeto do contrato será de até 04 (quatro) meses a contar da assinatura do contrato.
5.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na obra, até o montante de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
5.5. Após, publique-se o instrumento do Contrato, conforme determina o art. 94 da Lei 14.133/2021.
5.6. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato a contratada deverá comprovar:
5.6.1. Apresentação das ARTs de execução do serviço contratado.
5.6.2. Comprovação da garantia do Contrato.

5.6.3. Declaração de que a empresa proponente possui PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), PCMSO-Programa de Controle Medico de Saúde Ocupacional e PGR-Programa de Gerenciamento de Riscos conforme norma trabalhista/previdenciária atual.
5.6.4. Matricula da Obra.

CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
6.1. A execução do contrato será objeto de acompanhamento e fiscalização por parte do Município, através do Engenheiro Cristiano Fugali, CREA/RS nº 201849 e servidores nomeados pela da Portaria 11/2024 a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar a correção das mesmas.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
7.1. Obrigações da Contratada:
a) Executar a obra em estrita obediência ao Projeto Básico, Memorial Descritivo, especificações técnicas e normas da ABNT aplicáveis;
b) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, por ação ou omissão própria ou de seus prepostos;
c) Cumprir rigorosamente as legislações trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária e ambiental vigentes, arcando com todos os encargos decorrentes;
d) Observar as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (especialmente NR-06, NR-18 e demais aplicáveis), fornecendo e fiscalizando o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs) por toda a equipe, além de manter adequada sinalização de trânsito e segurança no entorno da obra;
e) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, comprovando mensalmente a regularidade perante o FGTS, INSS e obrigações trabalhistas.
f) A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente o projeto básico, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

7.2. Obrigações da Contratante (Município):
a) Emitir a Ordem de Início dos Serviços e assegurar o livre acesso da Contratada ao local da intervenção;
b) Acompanhar, fiscalizar e realizar as medições dos serviços executados nos prazos estabelecidos;
c) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições e prazos estipulados neste contrato

CLÁUSULA OITAVA– DA SUBCONTRATAÇÃO
8.1. É vedada a subcontratação total do objeto, bem como a cessão ou transferência do contrato.
8.2. Será admitida a subcontratação parcial apenas de serviços acessórios ou especializados até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual, mediante prévia e expressa autorização da fiscalização técnica do Município, permanecendo a Contratada integralmente responsável perante a Administração pela execução, qualidade e encargos da obra.

CLÁUSULA NONA – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO
9.1.Este contrato reger-se-á conforme o Edital de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº13/2026.**

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES
10.1.Na vigência do Contrato, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:
10.2.Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito delicitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;
10.3.Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido: advertência por escrito sempre que verificadas;
10.4.Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s): aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;
10.5.Dependendo da gravidade da falta: suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);
10.6.Nos casos de falta grave: declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco)anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

10.7.Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do contratante a definição do que sejam "pequenas irregularidades", "gravidade da falta" e "falta grave".
10.8.No caso de aplicação de multa, a contratada será notificada, por escrito, da referida sanção, tendoela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.
10.9.Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.
10.10.Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DOS CASOS OMISSOS
11.1-As omissões relativas ao presente contrato são reguladas pela legislação vigente, na forma da Lei nº 14.133/2021.
11.2. Será admitida a subcontratação parcial apenas de serviços acessórios ou especializados até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual, mediante prévia e expressa autorização da fiscalização técnica do Município, permanecendo a Contratada integralmente responsável perante a Administração pela execução, qualidade e encargos da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO
12.1-Fica eleito o Foro da Comarca de ENCANTADO/RS para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes à qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente Contrato de fornecimento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para que produza jurídicos e legais efeitos.

RELVADO, ... de 2026.

CONTRATADA CONTRATANTE

ASSESSOR JURIDICO

TESTEMUNHAS: